



FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

Alana Skibinski¹

Franciéle Trichez Menin²

Resumo: O artigo contextualiza a história da Educação Sexual Infantil no Brasil, que teve início com a institucionalização da Educação Infantil, pois anterior a este momento as instituições possuíam caráter assistencialista e passam também a atender educacionalmente. Com o desenvolvimento social, surgem novas necessidades educacionais, sendo uma delas a de trabalhar a educação sexual em âmbito escolar, mas para que isso aconteça, faz-se necessário pensar em formação de professores que contemple esse tema. É no período da adolescência que surgem as maiores dúvidas no processo de desenvolvimento da sexualidade, então é preciso um trabalho conjunto entre a escola e a família, que facilitará na formação do indivíduo.

Palavras-chave: Criança, adolescente, educação sexual e formação de professores.

Considera-se que, para falar de Educação Sexual Infantil é necessário buscar algumas informações sobre o início da Educação Infantil no Brasil e compreender conceitos fundamentais referentes à criança e infância.

As primeiras preocupações com a educação das crianças brasileiras se deram com a chegada da Companhia de Jesus no ano de 1549, que tinha como missão catequisar os indígenas, inculcando também valores de fé e moral cristã. Os jesuítas estavam sob o comando do padre Manoel da Nóbrega e entendiam quais os valores seriam melhores aceitos pelas crianças, pois, acreditavam que a infância era o momento de unção, iluminação e revelação. Ainda, que seria possível também uma renúncia, da cultura indígena, uma vez que certas práticas e valores não se tinham sedimentado (DEL PRIORE, 1991, p. 15 in GAGLIOTTO, 2009, p.116).

Em 1599, evidenciou-se a proposta da Companhia de Jesus, apoiada pela Coroa Portuguesa, que através da publicação do plano de estudos, Ratio

¹ Graduanda do 3º ano de Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Francisco Beltrão- PR.

² Graduando do 3º ano de Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Francisco Beltrão- PR.



Studiorum, propunha uma divisão educacional, na qual os indígenas receberiam orientações para o trabalho e cultivo agrícola, pois julgava-se que os mesmos não se adequariam à formação para o sacerdócio. Para os filhos dos colonizadores, uma formação diferenciada, com princípios humanistas que poderia ter continuidade nos países Europeus. Considerando que a educação não era específica para as crianças.

Não há no Brasil uma consolidada tradição de pesquisas sobre a questão da criança. Relegada aos escravos, desde o período colonial, e mantida longe da cultura social adulta, a criança brasileira tem uma história marcada pelo silêncio e pela violência, real e simbólica (NUNES E SILVA, 2000, p. 55).

No ano de 1759, houve a expulsão da Companhia de Jesus, que deixou suas marcas na educação brasileira. Após este período surgiram instituições de caráter assistencial e filantrópico, que propunham cuidados aos pequenos abandonados, sem ideal educativo. No início do século passado, as instituições assistencialistas passaram a ser também higienistas, buscando atender às necessidades emergenciais, idealizando uma formação educacional que pudesse garantir as crianças uma vida melhor.

Os primeiros registros de preocupações do governo, em atender crianças pequenas em caráter educacional tiveram início a partir da Constituição de 1988 tornando a Educação Infantil, um direito da criança e um dever do Estado.

A Constituição foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil, pois trouxe avanços em diferentes áreas do viver em sociedade e representou uma valiosa contribuição na garantia dos direitos da criança, por ter sido fruto de um grande movimento de discussões e participação popular, intensificado com o processo de transição do regime militar para a democracia (LEITE FILHO, 2001, p. 31 in Schindhelm, 2011, p.5).

Considerando esta nova fase pensada para as crianças é lançado um novo olhar evidenciando-se a preocupação em criar ambientes e momentos oportunos para que a infância pudesse ser vivenciada. Nunes e Silva (2000), abordam Ariès que considera como “[...] importante neste sentido a



colaboração dos legistas, padres e moralistas, e que, sem eles, a infância talvez ainda não tivesse ultrapassado os limites do sentido cômico, belo e gentil” (NUNES; SILVA, 2000, p.20).

Cotidianamente, por vezes nos defrontamos com apontamentos em relação à criança, que não contemplam a mesma enquanto sujeito social, histórico e culturalmente construído de acordo com tempos e espaços que ocupam. Nunes e Silva (2000), afirmam que está acontecendo uma ressignificação sobre o entendimento da criança, que de acordo com Kramer (2002, p.207) pode ser entendida como “ser histórico, social e político, que encontra no outro parâmetros e informações que lhe permitem formular, questionar, construir e reconstruir o espaço que a cerca.”

Já o conceito de infância pode ser considerado como

[...] à época da aquisição subjetiva e sociocultural da identidade humana, na relação com o mundo, na descoberta de si e na apropriação significativa da cultura. Entendemos ser esta a característica mais particular desta fase de nossas vidas. Hoje sabemos que dessas relações estabelecidas com o mundo no período da infância dependerão, em grande parte, as muitas outras que acontecerão em etapas posteriores da vida de cada um de nós (NUNES; SILVA, 2000, p.11).

É na infância que se dá a maioria das descobertas e experimentações a respeito do mundo, proporcionadas através do brincar, que permite a criança devaneios em outras realidades, que geralmente são mais atraentes que a de seu cotidiano.

Muitas crianças são vítimas de exploração do trabalho infantil, violentadas sexualmente, agredidas pelos pais, desabrigadas e vivem em tantas outras situações precárias, o que nos faz refletir a respeito do conceito de infância. Tal conceito requer muitos outros aspectos para que uma criança não seja apenas criança, mas possua infância; possa desfrutar de suas brincadeiras prediletas, sonhar com o futuro próximo, e viver seu mundo imaginário, seus sonhos infantis.

A partir do conceito de criança, bem como de infância, acredita-se que a Educação Infantil deva oportunizar à criança as formas de expressão, oral e



corporal. O trabalho com músicas, filmes, desenhos, oficinas, dinâmicas, teatro, rodas de conversa, vídeos educativos, literatura, passeios, brincadeiras e brinquedos, possibilitará à criança expor seu universo cultural, bem como apropriar-se de novas culturas.

Quando a criança brinca, desenvolve-se e constrói seu conhecimento. Pois, através das regras de tempo e de como ocorrer a brincadeira, muitos aspectos são desenvolvidos, como compreensão, atenção e percepção. Para que isso se concretize enquanto prática na realidade escolar é preciso que a escola perceba a necessidade de direcionamentos para as crianças, propiciando-lhes mais que satisfações de suas necessidades imediatas, intervenções saudáveis ao seu desenvolvimento.

Disso decorre a necessidade de que as instituições norteiem seu trabalho por uma proposta pedagógica fundamentada na concepção da criança como sujeito social e cidadão de direitos e da educação infantil como equipamento social de cunho educativo e de cuidados, e no entendimento dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da primeira etapa da vida humana (KRAMER, 2002, p.79).

Julga-se como extremamente necessária a formação inicial adequada, bem como a formação para aqueles profissionais que estão em serviço, pois trata-se de um direito dos mesmos, considerando muito importante a reflexão destes a respeito das práticas em sala de aula.

É preciso que a formação inicial e continuada dos professores considere o aporte teórico sobre educação sexual, tornando possível a superação da dificuldade que os profissionais da educação encontram ao trabalhar com esse assunto. Muitos dizem que quando questionados por seus alunos mudam de assunto, disfarçam, pois não possuem preparação que os condicione a explicações sobre as dúvidas relacionadas à sexualidade. Porém agindo dessa forma os alunos irão procurar outras maneiras de encontrar respostas, através de programas de televisão, filmes, livros, internet, e que certamente forneceram apenas informações sem maiores esclarecimentos sobre o assunto.



EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR

A Educação Sexual é um tema muito polêmico, quando abordado na escola ou mesmo fora dela. De acordo com Nunes e Silva (2000, p.13) a “Educação Sexual sempre foi objetivo de polêmica em nossa tradição educacional.” Muitos profissionais sentem-se despreparados, outros têm vergonha e outros ainda julgam desnecessária a abordagem sobre a educação sexual na escola.

Atualmente a Educação Infantil vem sendo um desafio cada vez maior para os docentes, pois os pequenos estão chegando às instituições de educação, com muita curiosidade sobre a sexualidade, sobre o desenvolvimento de seu corpo, a diferença dos gêneros, e o porquê menino e menina são tão diferentes.

Considera-se imprescindível iniciar o trabalho de Educação Sexual com as crianças, sendo que todos possuímos sexualidade desde o momento em que somos gerados. Muitos pais e até mesmo alguns professores não aceitam quando recebem informações advindas das escolas ou instituições de Educação Infantil, falando a respeito de atividades pensadas para os alunos, envolvendo o tema sexualidade. Tal rejeição ao trabalho pensado para o desenvolvimento infantil pleno pode ser entendida como resultado de uma escolarização ou educação, que não contempla minimamente a importância de uma formação sexual adequada.

Para iniciar o trabalho no desenvolvimento da sexualidade infantil, faz-se necessário por parte dos profissionais da educação, terem esclarecimentos a respeito do que se pretende trabalhar, e capacidade de reconhecimento das fases do desenvolvimento psicosssexual postuladas por Freud.

A partir do trabalho de Sigmund Freud (1856-1939), as fases de desenvolvimento sexual infantil ficaram conhecidas mundialmente. A “fase oral” é o período em que a criança possui como zona de erotização a região da boca, sentindo satisfação e prazer ao chorar, morder e sugar. Na “fase anal” a criança sente prazer com a produção das fezes e da urina, ou seja, no controle do intestino. A “fase fálica” trata-se do período da descoberta dos órgãos



sexuais, e também das diferenças genitais. Nessa fase a criança costuma manipular seu órgão. No “período de latência” a criança consegue diferenciar os papéis sociais e internalizar as diferenças sexuais. E a “fase genital” é quando ocorrem as transformações corporais, biológicas, afetivas e sócias, ou seja, trata-se do início da adolescência (NUNES; SILVA, 2000, p. 86-87).

A identificação e compreensão de cada uma dessas fases, por parte do professor é determinante na sua atuação em sala de aula, bem como na evolução de seus alunos em cada uma das fases.

A dificuldade maior para as instituições de educação infantil vem sendo a conscientização dos pais e dos professores a respeito da importância da Educação Sexual. Pensar medidas revolucionárias em relação a esta questão, certamente não iriam promover o que é preciso. Somente através de conversas e esclarecimentos a respeito dos métodos, das abordagens e da participação ativa dos pais na instituição, além, é claro da percepção dos mesmos na evolução do desenvolvimento de seus filhos, sejam as únicas formas de convencê-los sobre quão importante é o trabalho na sexualidade.

Na adolescência, a curiosidade sobre o assunto cresce de tal forma que surge a necessidade de fazer algumas perguntas, porém devido à timidez e ao constrangimento, muitos permanecem com suas dúvidas e as dificuldades parecem aumentar.

Quanto à história da sexualidade, sua compreensão não tem feito ver que ela tem sido reprimida e controlada, ao longo dos séculos pela Igreja pela Medicina, pelo Estado pela escola e, também, pela família. O que é mais agravante ainda é que o próprio indivíduo tem internalizado essas forças negativas e vem exercendo sobre si próprio a auto-repressão, sem ter consciência disso (FIGUEIRÓ, 2006, p.47).

As únicas informações que os alunos recebem na escola sobre sexualidade são os conteúdos expressos nas matérias de ciências e de biologia passados de forma muito superficial. Aprendem apenas o que é básico, como higiene pessoal, e algumas informações sobre as principais fases do desenvolvimento físico e o funcionamento do corpo.



Geralmente, são realizados alguns esclarecimentos sobre os métodos contraceptivos, como forma de prevenção as DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), e também para evitar casos de gravidez na adolescência. Tais assuntos deveriam ser abordados na escola de forma especial, proporcionando aos alunos informações fundamentadas corretamente, não apenas de forma rápida com a exposição dos riscos que estarão vulneráveis ao se relacionar sexualmente.

Em muitos casos são realizados discursos extremamente tradicionais, com caráter proibitivo, como se tudo fosse pecado e muito feio, como se sexo ou até mesmo a sexualidade fosse crime. Porém sem considerar que se dirige a uma faixa etária em que os alunos estão em constante descoberta do seu corpo, bem como do outro. Não é possível inibir essa fase, o que pode se fazer é orientar em relação às medidas que devem ser tomadas, para não por em risco a saúde, os sentimentos e os valores.

Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo e melhores condições de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e abuso sexual (BENNETT; FENLON, 2008, p.11).

Neste momento da adolescência, é necessário que seja realizado um trabalho que reforce o que os adolescentes vêm aprendendo, durante o cotidiano na sua vivência humana, aprimorando cada vez mais os conhecimentos científicos, para que tudo não fique no senso comum. Se a educação sexual não for trabalhada adequadamente, pode acarretar em problemas psicológicos e dificuldades afetivas na adolescência e também na vida adulta.

Defendemos uma educação sexual emancipatória para nossas crianças e adolescentes, nesse contexto NUNES e SILVA (1999):

Uma educação sexual emancipatória busca identificar os estereótipos sexuais e questionar seus fundamentos e representações. Visa educar para a compreensão significativa



e igualitária da identidade de gênero, de modo a representar homens e mulheres, masculino e feminino, como formas psichistóricas da condição humana, iguais em suas potencialidades de *hominização* e *humanização* e diferentes em suas expressões culturais, subjetivas e ontológicas (NUNES; SILVA, 2000, p.71).

Para que a escola possa proporcionar uma Educação Sexual emancipatória ainda há muito para avançar. As melhorias devem iniciar pelos profissionais da educação que devem receber formação adequada para que sintam-se confortáveis frente aos questionamentos que irão receber. Outro aspecto considerável é em relação aos materiais disponibilizados e a escolha dos mesmos, e por fim, o espaço físico que deve ser agradável despertando o interesse das crianças e adolescentes.

Tal colocação parece um tanto quanto utópica, ao considerar que em muitas regiões do país as crianças não possuem nem mesmo escolas, quem dera os professores terem acesso a tal formação, ou ainda que os governantes tomem medidas para mudar essa situação. Na escola a questão da Educação Sexual vem encontrando inúmeras barreiras. Mas é necessário ajudar as crianças e os adolescentes hoje para que saibam diferenciar sexo de sexualidade minimizando os efeitos de caráter negativo que acompanha a temática da sexualidade em seu percurso histórico.

O desenvolvimento sexual é biológico, faz parte do humano, ele irá ocorrer independente da classe social, da descendência, ou da região do país em que se vive. Educar sexualmente não é uma tarefa fácil, mas é na busca da transformação social que devemos pautar nossos sonhos. É esclarecendo as dúvidas frequentes dos adolescentes, e tentando uma aproximação com as famílias, que o profissional da educação deve lutar buscando transpor a questão da orientação sexual para além dos muros da escola, fazendo com que a mesma seja um assunto natural também na família.

A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma parte do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é



condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais (FIGUEIRÓ, 2006, p.42).

A maioria dos pais jamais conseguiram intervir no conhecimento de seus filhos sobre este assunto, pois na sua época isso era pecado, feio, algo cabível de vergonha, considerado um tabu. É esta visão que precisamos mudar, mostrar aos pais quais são as necessidades que seus filhos possuem, quais assuntos devem fazer parte das conversas em casa, visando auxiliar a escola em sua função social e proporcionar desenvolvimento sexual educação de alta qualidade.

A necessidade da conscientização sobre a Educação Sexual aumenta a cada dia, as doenças continuam sendo disseminadas, a gravidez na adolescência está se tornando cada vez mais comum, e o respeito com seu próprio corpo está deixando de existir. Pensar em sexualidade, sexo, o uso de preservativos é algo que nós adultos devemos preservar em nosso diálogo com nossas crianças e adolescentes. Á falta da conversa franca sobre sexualidade dificulta a relação com os adolescentes. É necessário buscar informações, leituras, vídeos, esclarecimentos que possibilitem a abordagem dessa questão sem culpabilidade.

A Educação Sexual trabalhada atualmente nas escolas, acontece de forma fragmentada, não considerando que a sexualidade faz parte do desenvolvimento humano, que é algo físico e psicológico, que ocasionará mudanças, e que os alunos devem estar preparados para elas. A escola considera que seu papel é apenas o de ensinar o conhecimento científico, sendo que as boas maneiras bem como a Educação Sexual, competem ao ensino recebido da família. E a família por sua vez, acredita que a escola enquanto provedora da educação é responsável por trabalhar a mesma de forma geral. Em função da dificuldade que a família e a escola possuem em relacionar-se, acabam por prejudicar os alunos que não recebem uma formação adequada que esclareça suas dúvidas.

É a partir da educação direcionada para os adolescentes, que serão pautadas as decisões e os valores dos mesmos, influenciar positivamente, possibilitará a formação de adultos conscientes de suas atitudes.



Pensar a Educação Sexual Escolar é algo desafiador, uma das dificuldades encontradas é em relação a formação dos profissionais para trabalhar de forma natural contemplando os esclarecimentos necessários sobre este assunto, que gera polêmicas e constrangimentos. Outro problema encontrado está na relação entre família e escola, pois durante a formação dos pais questões ligadas á sexualidade eram vistas de forma negativa e pecaminosa. É a partir dessa visão que os pais apresentam dificuldades em aceitar que este assunto seja trabalhado na escola. Apesar das barreiras encontradas na educação, os adolescentes possuem cada vez mais dúvidas a respeito da sexualidade.

Concluimos então que é por esses motivos que deve-se lutar pela efetivação da Educação Sexual na educação infantil e nas escolas , pois é necessário trabalhar a sexualidade das crianças desde o nascimento desenvolvendo a afetividade, o carinho e até mesmo o conhecimento de seu corpo e do outro. No trabalho voltado para os adolescentes deve contemplar também as mudanças durante a puberdade, e proporcionar suporte teórico que esclareça as dúvidas frequentes.

REFERÊNCIAS

BENNETT, John; FENLON, Karen. **Educação para a Sexualidade: Saúde e Prevenção nas Escolas**, Educadores. Ed: Multimídia, São Paulo, SP. , 2008.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Dâmico. **Formação de Educadores Sexuais: Adiar não é Mais Possível**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: Matrizes Institucionais, Disposições Culturais, Potencialidades e Perspectivas Emancipatórias**. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

KRAMER, Sônia. **Infância e Educação Infantil**. Campinas, Sp. Ed: Papyrus, 2ª edição 2002.

NUNES, Cesar Aparecido; SILVA, Édna. **A Educação Sexual da Criança: Subsídios Teóricos e Propostas Práticas para Uma Abordagem para Além da Transversalidade**. Campinas, SP. Ed: Autores Associados, 2000.



SCHINDHELM, Virginia Georg. **Educação infantil e sexualidade**. Discursos que as legitimam e as fundamentam. Psicovir@terra.com.br. Disponível em: <www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0542.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2013.